

PROJETO DE LEI Nº 057/2025 - PED: 438/2025

PI 9106/1990

J300



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Diadema, 10 de março de 2025

OF.ML. N.º 001/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência e de seus ilustres pares o incluso Projeto de Lei, visando alterar dispositivo da Lei Municipal nº 3.725, de 09 de março de 2018, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, estabelece normas sobre o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

A presente propositura visa alterar o § 3º do art. 10 da lei, que prevê que a sede dos Conselhos Tutelares deverá ser fixada dentro da respectiva área de abrangência, em local que melhor atenda o interesse público e os requisitos da eficiência e economicidade.

O Conselho Tutelar III, que tem como área de abrangência territorial os Bairros: Casa Grande; Vila Nogueira; Piraporinha e Canhema, encontra-se atualmente instalado na Rua Guaricica, 45, sendo, entretanto, urgente sua desocupação, haja vista a venda do prédio no final do ano passado.

Os responsáveis vêm efetuando buscas por imóveis para locação na região há alguns meses, sem, contudo, lograr sucesso na empreitada.

Tem a presente propositura, assim, o intuito de flexibilizar a possibilidade de instalação da sede dos Conselhos Tutelares em áreas que não sejam necessariamente circunscritas à sua área de atuação.

De se ressaltar que a instalação da sede do Conselho dentro de uma área de abrangência é peculiaridade municipal, não havendo na legislação de regência qualquer menção a esse respeito. Assim, o art. 134 da Lei Federal nº. 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, determina que lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar.

Destacamos que, o tema foi submetido à deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que, em reunião ordinária realizada na data de 13 de fevereiro de 2025, manifestou-se favoravelmente à mudança.



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA


OF.ML. Nº 001/2025

A proposta de alteração legislativa conta também com a anuência do Conselho Tutelar III, nos termos do ofício 035/25, arquivado nos autos do PI. 9106/1990.

Isto posto, e acreditando ter demonstrado a necessidade da medida, espera esse Executivo venha esse Colendo Legislativo a aprovar o incluso Projeto, convertendo-o em Lei.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência e demais componentes dessa Casa Legislativa meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


TAKAHARU YAMAUCHI
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Vereador **RODRIGO CAPEL**
DD. Presidente da Câmara Municipal de
DIADEMA

PROJETO DE LEI Nº 057/2025 - PED: 438/2025

PI 9106/1990

1302



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

PROJETO DE LEI Nº 001, DE 10 DE MARÇO DE 2025

ALTERA dispositivo da Lei Municipal nº 3.725, de 09 de março de 2018, alterada pelas Leis Municipais n.ºs 3914/2019 e 4246/2022, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, estabelece normas sobre o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

TAKAHARU YAMAUCHI, Prefeito do Município de Diadema, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a presente lei.


Art. 1º - Fica alterado o § 3º do art. 10 da Lei Municipal nº 3.725, de 09 de março de 2018, passando a vigorar, com a seguinte redação:

"Art. 10.....
I -
II -
III -
§1º -
§2º -
§3º - A sede dos Conselhos Tutelares deverá ser fixada dentro dos limites do Município, em local que melhor atenda o interesse público e os requisitos da eficiência e economicidade.
§ 4º -"

Art. 2º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diadema, 10 de março de 2025


TAKAHARU YAMAUCHI
Prefeito Municipal